

IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO

Angelita Matos Souza

Universidade Estadual Paulista

Imperialismo e desenvolvimento (Resumo)

O artigo analisa dificuldades e oportunidades ao desenvolvimento relacionadas às contradições do imperialismo e à dependência, com foco nas experiências de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil. O texto está dividido em duas partes, além da introdução e conclusão. Na primeira abordamos a concepção de imperialismo em David Harvey e a noção de subimperialismo de Ruy Mauro Marini. Em seguida falamos de dependência e desenvolvimento, com notas sobre integração regional e conflitos socioambientais.

Palavras chave: imperialismo, dependência, desenvolvimento, integração regional, conflitos socioambientais.

Imperialism and development (Abstract)

This article examines the difficulties and opportunities for development associated with the contradictions of imperialism and of dependency, focusing on the experiences of the PT governments in Brazil. The text is divided in two parts, plus the introduction and conclusion. On the first topic, let's talk about imperialism in David Harvey and about sub imperialism in Ruy Mauro Marini. In the second topic we talk about the dependency and the development, with notes about regional integration and the environmental conflicts.

Keywords: imperialism, dependency, development, regional integration, environmental conflicts.

Este texto reúne produções recentes, com apontamentos novos a fim de desenvolver ideias anteriores. Basicamente, a intenção é abordar as contradições entre imperialismo e desenvolvimento, com foco nas experiências de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil, argumentando que, se cabe à análise crítica denunciar as formas atuais de exploração imperialista, é preciso também compreender o desenvolvimento capitalista alavancado pelo imperialismo como um caminho (sempre insuficiente) para superação do atraso e subdesenvolvimento predominantes nas periferias e semiperiferias do sistema. Imperialismo apreendido como combinação entre impulso ao desenvolvimento de forças produtivas novas e

exploração capitalista pelos países dominantes. Por certo que com peso maior à exploração, mas com possibilidades concretas de desenvolvimento, como gostaríamos de defender, sem ignorar os aspectos negativos envolvidos. De todo modo, nosso ponto de partida é que o desenvolvimento parece melhor que o atraso e subdesenvolvimento predominantes na região sul-americana, onde conflitos socioambientais recentes expressariam as contradições desse processo, ao mesmo tempo progressista e destrutivo. Processo no qual destacamos o movimento expansionista brasileiro, liderado pela lógica dos “*processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo*”¹, que não é antagônico ao de esforço político pela integração regional. Entretanto, como o primeiro movimento vem sendo mais favorável ao Brasil tem se aprofundado o descompasso entre os esforços diplomáticos pela integração político-institucional e os resultados concretos no balanço comercial regional, promovendo descontentamentos e acusações de imperialismo ao Brasil, em análises nas quais as contradições das práticas expansionistas brasileiras têm recebido pouca atenção.

É certo que a política exterior dos governos do PT esteve articulada à política econômica interna, em especial com a política de incentivo às empresas campeãs nacionais capazes de competir internacionalmente, com investimentos brasileiros diretos no exterior respondendo mais a esse objetivo que ao da integração sob a liderança do Brasil. Movimento que, todavia, não deixou de contribuir para com alguma integração e desenvolvimento regional, além de as questões socioambientais e movimentos sociais decorrentes estimularem o debate e a mobilização política. Ou seja, o denominado subimperialismo brasileiro pode, por vias tortas, ser favorável a algum avanço na consecução do objetivo de desenvolvimento e integração regional, sendo que a luta popular sempre pode inverter as regras do jogo e o expansionismo brasileiro parece até mais estimulante à revolta, como se deu no caso do gasoduto Brasil-Bolívia. Por sua vez, a integração regional costuma ser encarada como a forma por excelência de a América do Sul conquistar autonomia político-econômica no sistema-mundo e assim relativizar a posição de periferia dependente. No entanto, como pretendemos apontar, as dificuldades são imensas, a começar pela capacidade de o Brasil liderar um processo de integração regional, sendo as assimetrias econômicas entre a economia brasileira e demais economias sul-americanas um dos principais obstáculos neste sentido, agravado pelas relações de dependência para com as economias imperialistas de fato.

Finalmente, a discussão teórica abarca tanto o debate sobre imperialismo, com foco na obra de David Harvey, como o sobre subimperialismo, baseado na noção de Ruy Marini; retomando também a discussão sobre dependência e desenvolvimento. No que tange aos conflitos socioambientais, iremos abordar a polarização do debate em torno de obras de infraestrutura na região.

Imperialismo e Subimperialismo

O novo imperialismo

A seguir resumimos as concepções de imperialismo em Lênin (*Imperialismo: etapa superior do capitalismo*) e em Rosa Luxemburgo (*A Acumulação de Capital*), a fim de abordar a obra de David Harvey (*O novo imperialismo*). A obra do autor está mais afinada com a perspectiva de Rosa Luxemburgo, de identificação da dominação imperialista mais à conquista de mercados, recursos naturais e mão de obra barata que à etapa superior do capitalismo,

¹ Harvey, 2004, p.31.

identificada ao domínio do capital financeiro (ao capitalismo monopolista). E àqueles que resistem às espoliações impostas pelo imperialismo hoje, a obra de Harvey tem um efeito mais imediato e produtivo politicamente.

Para Lênin o imperialismo não diz respeito simplesmente às políticas de dominação das potências capitalistas sobre o resto do mundo, tampouco deve ser visto como mera conquista de mercados externos para contrabalançar dificuldades de realização de valor ou saída para um sistema econômico supostamente agonizante. O imperialismo é o capitalismo monopolista, produto do desdobramento *lógico* do desenvolvimento do capitalismo, da sua natureza cosmopolita em busca da valorização máxima do capital. Processo capitaneado pela associação/fusão do capital industrial com o bancário, sob o domínio deste último, originando o capital financeiro moderno nos países centrais. A exportação de capitais e a repartição do mundo entre grupos capitalistas internacionais e grandes potências são condição e resultado do predomínio do capital financeiro, da sua assunção em *força motriz* do desenvolvimento capitalista em escala mundial, sendo que o imperialismo pode ser entendido tanto como obstáculo como elemento motor do desenvolvimento capitalista nas nações dominadas. (Voltaremos ao autor em outras momentos ao longo do texto)

Em Rosa Luxemburgo, menos que a natureza cosmopolita/universalista do capitalismo, são limitações no campo do consumo que impelem ao imperialismo, entendendo a relação necessária e contraditória entre áreas capitalistas e não capitalistas como o fundamental à sua compreensão. De fato, a autora defende a sobrevivência dos mecanismos de expropriação típicos da fase da acumulação primitiva estudados por Marx, entre os quais o imperialismo, que, embora intrínseco ao capitalismo, não é apreendido como etapa superior identificada ao capitalismo monopolista como em Lênin. É certo que a autora não ignora o papel do capital financeiro, nem dos Estados e do militarismo, mas sua definição de imperialismo está ligada fundamentalmente à ideia da necessidade de outros mercados, sem os quais a acumulação ampliada de capital não teria como seguir em frente e o capitalismo alcançaria o seu limite histórico. Trata-se sim de uma perspectiva relacionada à problemática do consumo, da demanda efetiva insuficiente à absorção da produção capitalista global, problema para o qual a saída seria a internacionalização do capital e a conquista dos espaços ainda não dominados pelo capitalismo.

Inspirado por Rosa, David Harvey retoma a relação necessária e contraditória entre espaços capitalistas & espaços não capitalistas, destacando mecanismos novos de acumulação primitiva – ou mecanismos novos de acumulação por espoliação - necessários à reprodução do capitalismo hoje como fora o processo de acumulação primitiva à gênese do modo de produção capitalista. O autor confere importância crucial à dimensão financeira - seria impossível não fazê-lo em meio à globalização – e há mais espaço para pensar a autonomia do Estado do que em Rosa Luxemburgo, tendo em vista a distinção que Harvey estabelece entre lógica do Estado – ou “a política do Estado e do Império” – e lógica da acumulação privada - dos “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo”. Conforme o autor:

“Com a primeira expressão [política do Estado e do império] desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com a última expressão [processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo], concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas

mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante”².

A relação entre as duas lógicas é de contradição e complementaridade, mas a última dimensão tende a predominar nas considerações do autor acerca da acumulação por espoliação das periferias no contexto do novo imperialismo. Sua análise é bastante rica, percorrendo sobre formas novas de exploração imperialista ou acumulação por espoliação, sendo que seu livro contribuiu para recolocar a temática do imperialismo em discussão, ganhando ressonância nos movimentos sociais, na América Latina em especial. Entretanto, considerações um tanto na contramão de algumas de suas ideias centrais podem ser produtivas ao objetivo de indicar velhas questões que ainda precisam ser debatidas.

Assim, em que pese análise interessante sobre as formas novas de acumulação via espoliação, a centralidade da relação necessária entre áreas capitalistas e não capitalistas é de difícil sustentação. Relação agora ligada à problemática da sobreacumulação, já que o autor contesta o fator consumo (como aparece em Rosa Luxemburgo) na explicação das crises e do imperialismo, entendendo a incorporação dos espaços ainda não dominados pelo capitalismo como uma solução ao problema da sobreacumulação. O que não teria tanta importância se sua análise não deixasse a impressão de que, ao final das contas, a *solução* é o que define o novo imperialismo. Quer dizer, se em Rosa é o consumo que fundamentalmente explica a relação necessária entre espaços capitalistas e espaços não capitalistas, em Harvey a explicação gira em torno da tendência à sobreacumulação.

Basicamente, a expansão capitalista seria norteada pela necessidade de encontrar áreas/negócios lucrativos à absorção do capital excedente, por meio da conquista de novos mercados, promoção de novos produtos e modos de vida, novos instrumentos de crédito, gastos estatais e endividamento público, monopolizações (fusões e aquisições entre empresas), exportações de capital etc. Se nada for suficiente, a crise tende a se estabelecer, produzida pelo excedente de capital tornado ocioso, movimento normalmente acompanhado pelo trabalho ocioso. Nesse processo, de alocação do capital excedente, os procedimentos da fase da acumulação primitiva seriam recorrentes e teriam se acentuado sob o novo imperialismo. Vale insistir que a dimensão financeira da dominação imperialista não é em hipótese alguma menosprezada por Harvey, mas no conceito de imperialismo do autor tende a predominar a ideia de espoliação dos espaços não capitalistas a fim de fazer frente aos problemas da sobreacumulação.

De nossa parte, discordamos da ideia da relação necessária entre áreas capitalistas e áreas ainda não dominadas pelo capitalismo como o crucial à definição do imperialismo, pois menos que relação necessária, as anexações/espoliações são efeito do desdobramento *lógico* do desenvolvimento capitalista sob o domínio do capital financeiro, à maneira definida por Lênin, para quem: “(...) *faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia*”³.

² Harvey, 2004, p. 31.

³ Vale notar que em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lênin afirmou que a necessidade de buscar mercados externos longe de demonstrar a impossibilidade/limites do sistema capitalista elucidaria seu caráter

Quer dizer, mesmo numa situação, estritamente hipotética, plenamente favorável à acumulação nos países imperialistas, a concorrência intercapitalista mundial e aspirações à hegemonia levariam ao expansionismo. A título de ilustração, se a indústria automobilística europeia se instala num mercado periférico, o capital imperialista norte-americano, mesmo que não queira, tem que acompanhar este movimento sob o risco de perder terreno no mercado mundial. Foi o que ocorreu no caso do Brasil: não foi a demanda local disputada pela indústria automobilística que determinou a vinda das multinacionais para cá, mas a concorrência intercapitalista internacional, como a qual o governo Juscelino Kubitschek jogou para instalar tal indústria no país.

E não é que Harvey ignore as disputas internacionais pela hegemonia, muito pelo contrário, porém na sua definição do novo imperialismo a relação necessária entre áreas capitalistas e não capitalistas, à maneira de Rosa Luxemburgo, é o central. De nossa parte, à maneira de Lênin, diríamos que não é necessária, mas decorrente, ou seja, um elemento subordinado na definição do imperialismo. Por sua vez, a fase da acumulação primitiva terminou na grande indústria, o que representou enorme avanço histórico, ainda que não seja o capitalismo domesticável/civilizável e que relações de produção não capitalistas sobrevivam no interior de formações sociais capitalistas, em processo de desenvolvimento capitalista ou nas regiões esquecidas do mundo.

Ou seja, a barbárie persiste mesmo no interior de formações sociais onde o modo de produção capitalista é dominante e avançado, podendo se acentuar como se deu nos anos recentes, passível de ser contida apenas pela luta de classes em cada realidade histórica. Aspecto que, aliás, Harvey salienta o tempo todo. Mas a transformação da fase de acumulação primitiva numa constante na história do capitalismo dificulta ainda mais a compreensão da transição social a partir da articulação entre luta política revolucionária & desenvolvimento das forças produtivas. E não seria descabido imaginar que espaços não capitalistas possam desaparecer do mundo sem que isto implique no fim do capitalismo (e da barbárie), a não ser que o desenvolvimento das forças produtivas combinado à luta política revolucionária leve a este fim.

Em síntese, diríamos que o foco em Harvey -como em Rosa- é mais a problemática dos mercados, recursos naturais e mão de obra barata em meio à relação necessária e contraditória entre espaços capitalistas e não capitalistas. O imperialismo, menos que à *etapa* superior do capitalismo, está identificado às políticas de exploração das nações imperialistas sobre as regiões periféricas. Uma verdade evidente, mas que não deixa de inverter a ordem dos fatores causais, em prejuízo da compreensão do imperialismo, à época de Rosa e Lênin e mais ainda nos dias que correm. Agora, para a luta política, a perspectiva é mais motivadora que a identificação do imperialismo à fase monopolista do capitalismo, cuja destruição exigiria o fim do capitalismo, passando pelo desenvolvimento do próprio capitalismo/imperialismo.

Imperialismo e Subimperialismo

Nas análises sobre o expansionismo brasileiro recente tem chamado atenção a retomada da noção de subimperialismo de Ruy Mauro Marini, perspectiva centrada no peso dos fatores externos e marcada pela imprecisão quanto à definição de capital financeiro, por vezes

progressivo/progressista, retirando do isolamento antigos sistemas econômicos e destruindo a estreiteza da vida política e espiritual que os caracteriza.

identificado ao robusto capital bancário local à época em que o autor produziu seus textos (capital bancário consolidado durante a ditadura militar), outras ao capital financeiro internacional (que financiaria o subimperialismo brasileiro). Naquele contexto, Marini considerou as exportações de manufaturas e capital economicamente necessárias ao Brasil, tendo em vista o nível de composição orgânica média do capital alcançado pela economia brasileira. O consumo suntuário e a demanda estatal seriam igualmente fundamentais à realização do valor diante das dificuldades impostas pelo subconsumo & superexploração da força de trabalho na economia dependente brasileira. E na América Latina somente o capitalismo brasileiro teria alcançado um nível de “*composição orgânica média*” para o exercício da “*política expansionista relativamente autônoma*”⁴.

A principal crítica que faríamos a essa perspectiva seria a de que a definição tende à diferenciação por *graus* de difícil operação: no capitalismo monopolista dependente os limites ao consumo de massa decorrentes da superexploração da força de trabalho seriam maiores, o consumo suntuário e a demanda estatal mais importantes, sendo que nem todo capitalismo dependente será subimperialista devido aos *graus* distintos de composição orgânica. Critério bastante complicado à sustentação de uma teoria, subjacente também à ideia da política expansionista relativamente autônoma. Ou seja, o nível de abstração é inoperável para compreensão de realidades sociais, sendo que o expansionismo de empresas latino-americanas não se restringe ao Brasil, hoje como à época em que foram escritos os textos de Marini. Atualmente, empresas chilenas, argentinas, mexicanas atuam no Brasil e noutros países latino-americanos, seria o caso então de se introduzir outras gradações: composição orgânica média de tipo 1, 2, 3... e respectivos graus de autonomia relativa. E talvez de também distinguir no interior do mundo periférico um centro dependente subimperialista (ou subcentro, a expressão utilizada por Marini) e uma periferia superdependente: vítima de imperialistas e subimperialistas. Efetivamente muitas tipologias e classificações seriam possíveis, politicamente pouco produtivas, servindo à descentralização do domínio dos países imperialistas de fato⁵.

Já o consumo de massa é muito bem vindo, mas não decisivo ao processo de acumulação capitalista, por toda parte combinado ao acesso limitado das massas ao consumo (inclusive nas economias centrais). O que pode contribuir para acirrar contradições, dificultando a convivência entre capitalismo e democracia liberal e entre governantes (dependentes do *mercado de votos*) e detentores da riqueza, porém não é a causa do imperialismo ou o fundamental no entendimento das crises. A crise atual, por exemplo, só pode ser devidamente compreendida à luz de estudos sobre o desenvolvimento das formas mais avançadas de acumulação nas últimas décadas (que muitos associam à fase superior do imperialismo), nas quais: “(...) o *capital financeiro engendra a criação de formas de negócios e de enriquecimento que pretendem se tornar independentes das leis da produção de mais-valia e das normas de reprodução e acumulação do capital produtivo*”⁶.

Neste sentido, o que mais chama atenção nos textos de Marini e seguidores atuais é a imprecisão quanto ao entendimento do que seja capital financeiro, cuja existência não deve ser deduzida de articulações entre setor bancário e produtivo/comercial por meio do sistema

⁴ Marini, 1977.

⁵ Ver Souza, 2013.

⁶ Ver Belluzzo, 2013, p.108. Para o autor, a relação sequer pode ser compreendida a partir da ideia de descolamento entre a economia real e a economia financeira, pois as relações “não são de exterioridade, mas nascem das formas assumidas pelo capital em seu movimento de expansão permanente” (p.109).

de crédito ao consumo, mas sim a partir da definição leninista, baseada no estudo de Hilferding (*O capital financeiro*). Como é conhecido, em meio à expansão do sistema de créditos comandado pelos bancos dá-se a *fusão* de interesses entre capital bancário e capital industrial, sob a hegemonia do primeiro, sendo a sociedade anônima o mecanismo por excelência para conformação do capital financeiro moderno. “*Criatura da centralização do capital promovida pelo capital a juros, isto é, pelo capital replicado sob a forma de capital-propriedade, a sociedade anônima supõe necessariamente a transferência de poder do capital industrial para o capital financeiro*”⁷. Como no mundo do trabalho, a tendência é a *coletivização*, sem que o sistema abandone os critérios privados de apropriação da renda e da valorização da riqueza. O “capital assume uma forma social nos marcos da propriedade privada” ou “*nas palavras de Marx (...), a ‘abolição da indústria privada capitalista dentro do próprio regime capitalista de produção’*”⁸.

Ora, é essa *fase superior* no desenvolvimento do capitalismo que define o imperialismo para Lênin e/ou o capital financeiro para Hilferding, cuja existência no Brasil é de difícil comprovação, hoje e mais ainda quando foram produzidos os textos de Marini. O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil não logrou a conformação do capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e produtivo, o que não implica numa impossibilidade estrutural, pois não é impossível a conformação de um capital financeiro nacional nos limites do capitalismo periférico - sem moeda forte, poder militar, domínio do processo de inovação científico/tecnológico (outras condições, articuladas à conformação do capital financeiro, cuja existência permite falar em imperialismo).

Durante a ditadura militar, houve concentração/centralização do capital, tanto no setor produtivo como no bancário, independentemente um do outro, devido à colagem da economia brasileira ao mercado financeiro internacional. Nos anos 90, o processo de privatizações de empresas públicas promoveu maior conglomeração no setor bancário e produtivo, mas não a conformação de um capital financeiro nacional, em grande parte porque os juros altos eram muito atrativos, assim como nos governos Lula. Agora, a estratégia liderada pelo BNDES de acelerar a conglomeração econômica parecia ter no horizonte o conglomerado financeiro-produtivo e a própria política de redução dos juros pelo governo Dilma - já abandonada, para nós, devido às relações de dependência - corroboraria com essa hipótese: hipoteticamente a redução dos lucros via juros poderia levar os bancos ao financiamento e incorporação do setor produtivo.

E independente da racionalização discursiva oficial - de defesa dos “campeões nacionais” e fortalecimento da inserção internacional e da integração regional -, a política de créditos do BNDES tem respondido, sobretudo, à necessidade de harmonização dos conflitos de interesses que atravessam a cúpula do Estado, relacionadas às disputas sobre os rumos da política econômica, numa conjuntura política-ideológica mais favorável ao setor produtivo, sob os governos do PT, na qual seus representantes conquistaram espaço político, especialmente após eclosão da crise em 2008. Isto é mais importante que qualquer visão estratégica governamental ou esquemas explicativos pré-estabelecidos a partir de classificações/tipologias teoricamente inoperáveis, como as que envolvem a ideia de subimperialismo.

⁷ Belluzzo, 2013, p.98.

⁸ Belluzzo, 2013, p.103 e 107 respectivamente.

O próprio Marini, em um texto dos anos 1990, escreveu que países como a Argentina, Israel, Irã, Iraque e África do Sul assumiam ou assumiram em algum momento de sua evolução “*caráter subimperialista*”, utilizando a expressão para nomear práticas expansionistas⁹. Afinal, é do que se trata: a noção de subimperialismo não merece status teórico, nem o Brasil o de país imperialista, embora se possa, sem rigor, usar a designação para nomear práticas expansionistas de empresas brasileiras apoiadas pelo BNDES – que, claro, devem ser rechaçadas. Infelizmente, as tentativas de teorização em torno de uma ideia que traz mais confusões que esclarecimentos parecem expressar as dificuldades atuais de inovação do pensamento social latino-americano.

Imperialismo, dependência e desenvolvimento

Estado e dependência

Neste início de século, o imperialismo voltou ao centro do debate acadêmico, contexto no qual o livro de Harvey contribuiu para iluminar o debate. E se a problemática do imperialismo voltou à tona, também merece ser revisitada a temática da dependência. Como é conhecido, nos anos 60, em meio ao pessimismo quanto à possibilidade de desenvolvimento na América Latina, a noção de dependência surgiu como a face periférica do imperialismo.

À época a obra de Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, destacou-se por refutar a compreensão da dependência predominantemente a partir de variáveis externas. Para os autores, embora as relações de dependência tivessem explicações exteriores à nação, seriam as relações internas entre as classes que dariam conteúdo e forma própria às relações de dependência. Cardoso e Faletto também não tomam a América Latina como um todo único, defendendo a análise concreta de cada caso e a possibilidade do desenvolvimento industrial em alguns países, apesar ou graças à manutenção de laços da dependência externa, concluindo a análise de forma relativamente otimista: “(...) a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas condições econômicas”¹⁰.

Hoje é claro que os limites impostos pelo *modelo* dependente-associado de desenvolvimento são difíceis de serem superados pelo *jogo de poder*. Fundamentalmente porque o caráter supranacional dos interesses dominantes geralmente produz efeitos distintos, se comparados aos Estados capitalistas dos países centrais. Quer dizer, ainda que a influência do capital financeiro internacional sobre os Estados nacionais seja generalizada, no Brasil e demais países periféricos, costuma ser um fator sobredeterminante, especialmente no âmbito da influência sobre a política econômica, por causa das relações de dependência.

A tendência é para certa *inversão* do papel do Estado, com o desempenho estatal de uma *função* que os Estados dos países centrais não buscam desempenhar: a de garantia das condições gerais à acumulação capitalista dependente do capital financeiro internacional. Conforme Tilman Evers: “A *função do estado* (...) se inverte então: a ‘*garantia de existência e expansão do capital nacional no mercado mundial*’ passa a ser: *garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico*”¹¹. Função

⁹ Marini, 1992.

¹⁰ Cardoso e Faletto, 2004, p. 183.

¹¹ Evers, 1985, p. 97.

invertida que não precisa nem deve ser pressuposta (como o faz Evers), mas que constitui um bom ponto de partida à reflexão e orientação de pesquisas empíricas sobre o Estado na periferia do sistema. O desempenho dessa *função* seria assegurado pelo jogo de poder, em meio às relações de dependência que se estabelecem no âmbito político (mormente a dependência financeira do Estado), além de no âmbito econômico.

Como salientou Harvey¹² é importante uma teoria de Estado para avançar na compreensão do novo imperialismo (embora o autor não tenha avançado neste sentido, nem era o objetivo na sua obra). Buscando alguma contribuição nessa direção, além de a Evers, recorreremos aqui à perspectiva de Nicos Poulantzas¹³, especialmente à noção de bloco no poder. Por bloco no poder não devemos entender uma superaliança de classe, mas sim à condição comum (de proprietários) dos detentores dos meios de produção e da riqueza. A noção serve justamente para pensar a unidade contraditória da classe dominante (ou classes dominantes) em suas relações com o Estado. Isto é, à classe dominante não corresponde um conjunto homogêneo, a classe capitalista em particular se distingue pelas funções no processo econômico: produtiva, comercial, bancária, agrária; pelas dimensões do capital: grande capital, médio capital; ou outros sistemas de fracionamento: tais como burguesia interna, compradora, nacional. Sem falar em classes dominantes de outros modos de produção que podem sobreviver no interior da formação social capitalista. Tanto a unidade como os conflitos no interior do bloco no poder giram em torno dos interesses das distintas frações em suas relações com o Estado, cuja cúpula é constituída de ramos decisórios poderosos, sobretudo aqueles estratégicos à economia, verdadeiros campos de luta no interior do Estado, luta em meio a qual a autonomia estatal na condução do processo decisório vai sendo delimitada, sob a influência, claro, dos conflitos entre classes antagônicas¹⁴.

Implicitamente inspirados pelos governos do PT, diríamos que embora não seja possível defender a existência de uma burguesia nacional no Brasil (como parece existir na Venezuela de Chávez), supostamente identificada ao interesse nacional em contraposição ao capital imperialista, na luta política, a retórica nacionalista pode ser utilizada por representantes do grande capital local em defesa dos seus interesses. Isto é, em determinadas conjunturas, o discurso nacionalista pode ser utilizado contra competidores estrangeiros, acirrando as contradições que perpassam o Estado e muitas vezes indo ao encontro das reivindicações de partidos e movimentos de esquerda e/ou nacionalistas -de que o Estado seja soberano e defenda o interesse nacional. Menos que à tomada de posições anti-imperialistas, geralmente assistimos às operações discursivas voltadas para conquistas de políticas econômicas favoráveis aos interesses de frações de classe que têm ou desejam ter negócios/associações com o capital estrangeiro.

Da mesma forma, os representantes do grande capital produtivo procuram resistir a incontrastável hegemonia do capital financeiro fazendo coro contra a política de juros altos, como se não ganhassem muito no circuito financeiro. Daí a insuficiência, por exemplo, da redução dos juros para estimular investimentos, pois discursos muitas vezes não passam de bandeiras de luta. Também não é nada fácil cobrar metas/resultados dos representantes do setor produtivo quando se é altamente permissível/generoso no que tange aos interesses do capital financeiro local e internacional, cujos interesses são afinados, ainda que banqueiros

¹² Harvey, 2004, cap.5.

¹³ Poulantzas, 1977.

¹⁴ Ver Harvey, 1982. Provavelmente sem operar com o referencial *poulantziano*, o autor desenvolve uma análise que demonstra a relação conflituosa intracapitais e, claro, entre classes antagônicas.

locais resistam à abertura do mercado ao capital estrangeiro (querem sócios não concorrentes).

Ademais, os comportamentos conservadores/defensivos (ou baixo *espírito animal*) costumam prevalecer entre aqueles que se reconhecem como a porção fraca no mundo dos negócios nacional e internacional, sendo que as expectativas futuras quanto aos investimentos costumam acompanhar a dos agentes estrangeiros. Assim, se num momento de retração econômica internacional, estes diminuem investimentos produtivos, o mais provável é que agentes locais assumam também posições reticentes quanto aos novos investimentos, por mais que o governo busque estimulá-los neste sentido.

Mas governos precisam de investimentos, crescimento econômico e empregos, portanto acabam cedendo à instrumentalização dos recursos que lhe são próprios – poder de taxaço/regulamentação, isenções fiscais, financiamentos públicos e parcerias – para atrair e garantir os investimentos externos em território nacional. Quando há êxito, os representantes do capital local tendem a se animar e voltam a investir, em meio às disputas pela partilha do mercado, nas quais o discurso *nacionalista* pode surtir efeitos, mormente sobre governos ditos desenvolvimentistas.

Em suma, as contradições impostas pela dependência à luta política: se ao capital estrangeiro interessa o Estado como cauço dos investimentos, ao capital local, mais que o Estado, a cauço encontra-se na participação do capital estrangeiro. A despeito do avanço do caráter supranacional dos interesses dominantes sobre todos os Estados, na medida em que estão todos articulados com o capital financeiro hegemônico (norte-americano), na periferia dependente esse caráter supranacional costuma produzir efeitos recorrentes, que, na luta política, tendem a aparecer como específicos da conjuntura (e em alguma medida o são). Desse modo, certa *relativização* do conteúdo nacional-desenvolvimentista que o governo Dilma parecia querer imprimir à sua política econômica estaria relacionada obviamente à dependência externa (de investimentos).

Integração regional e conflitos socioambientais

A integração regional costuma ser encarada como a forma por excelência de a América do Sul conquistar autonomia político-econômica no sistema-mundo, pois poderia relativizar a posição de periferia dependente. Todavia as dificuldades são imensas, a começar pela capacidade do Brasil liderar um processo de integração regional, tendo em vista as considerações feitas acima sobre política e dependência. E o país é sem dúvida o em melhores condições para liderar um projeto de integração sul-americana na contramão ao projeto liberal dos quatro países da Aliança do Pacífico, o qual estaria mais próximo do desenho norte-americano para a região, numa alternativa que deve acrescentar lenha à fogueira do debate ideológico em torno do projeto de integração da América do Sul - mais ou menos liberal -, debate que também só pode ser devidamente compreendido no campo das discussões sobre imperialismo e dependência.

Contudo, um projeto de integração sul-americana que se contraponha ao liberal, visando à redução dos laços da dependência externa, exigiria o empenho decidido, do Brasil em especial, no combate das assimetrias entre as economias regionais, caminho difícil porque certamente levaria à colisão entre a lógica da acumulação privada (que preside o expansionismo de empresas brasileiras) e uma política de Estado voltada ao desenvolvimento

regional. Em larga medida, foram as rotas de colisão com o grande capital que os governos do PT procuraram evitar. Por um lado, as diretrizes principais da política econômica do governo anterior foram mantidas (juros altos, câmbio valorizado, metas de inflação, superávit primário) e, de outro, a fim de compensar o setor produtivo, foram ampliados os recursos BNDES e o apoio do banco ao expansionismo de empresas locais. O governo atual buscou a flexibilização das diretrizes principais da política econômica vigente, num ensaio nacional-desenvolvimentista que está fazendo água – a elevação dos juros, privatização do pré-sal (Libra), anúncio de corte dos gastos públicos compõem as notícias mais recentes.

E foram práticas expansionistas de empresas brasileiras apoiadas pelo BNDES, denominadas por alguns analistas de imperialistas ou subimperialistas, que fizeram avançar o discurso em torno da integração e a própria integração. Num movimento de acumulação privada que não é antagonico à política do Estado brasileiro de busca da hegemonia regional, inclusive não é independente da ação do Estado, muito pelo contrário. Mas como tem sido mais favorável ao Brasil, tem aprofundado o descompasso entre os discursos diplomático-institucionais pela integração e resultados econômicos concretos, gerando descontentamentos de países vizinhos com o expansionismo brasileiro e acusações de imperialismo, em análises nas quais as contradições das práticas imperialistas -ao mesmo tempo obstáculo e força motriz do desenvolvimento- têm recebido pouca atenção.

Isto é, ainda que práticas imperialistas precisem ser denunciadas e criticadas, o expansionismo de países mais ricos sobre os mais pobres pode ser elemento motor do desenvolvimento e crescimento econômico. A despeito das vantagens para o Brasil, obras de infraestrutura na região não deixam de ter efeitos positivos para a economia dos países em questão. Eis uma dimensão que precisa ser levada em conta, sendo mais fácil negociar/barganhar com um país periférico (ou semiperiférico), sem grande poder de imposição (inclusive militar), como o Brasil, que o contrário. Assim, apesar da política exterior dos governos do PT estar articulada à política de incentivo ao expansionismo das empresas *campeãs nacionais*, esse movimento não deixou de contribuir para com a integração e o desenvolvimento regional, além das questões socioambientais e movimentos sociais decorrentes estimularem o debate e a mobilização política na região, o que é positivo, pois a luta popular sempre pode inverter as regras do jogo. A título de ilustração, tomemos o caso do gasoduto Brasil-Bolívia.

Tendo em vista notícias colhidas nos meios de comunicação, é possível afirmar que muito provavelmente tanto bolivianos como brasileiros foram vítimas do imperialismo norte-americano (Shell e Enron eram as principais sócias estrangeiras no empreendimento, cujos custos foram assumidos basicamente por Brasil e Bolívia). Dos planos à construção do gasoduto Brasil-Bolívia, a exploração predominou sobre a cooperação em prejuízo do Estado boliviano. A revolta popular inverteu essa história, impondo o controle sobre as riquezas naturais da Bolívia pelos bolivianos, e com os resultados alcançados nas negociações com o Brasil, a construção do gasoduto acabou por se tornar defensável: supriu uma carência energética brasileira, legando à Bolívia um investimento produtivo e um incremento notável das reservas de gás natural. Sendo que os dois países encontram-se fisicamente ligados, como Brasil e Paraguai via Itaipu e poderá vir a ser esse o resultado de projetos de integração energética entre Brasil e Peru, embora de difícil execução devido aos danos ambientais que causariam e à resistência popular que vêm levantando -o que, insistimos, é positivo.

Sobre impactos socioambientais envolvidos nas obras previstas ou em execução, mencionaremos a seguir alguns casos, que contaram com financiamentos do BNDES,

destacando um pouco da polarização do debate em torno das obras de infraestrutura, na maioria das vezes sem estudos exaustivos a respeito ou baseados em opiniões/estudos preliminares provenientes de pessoas/entidades com posições radicalmente opostas. Menos que tomar posição neste debate, interessa aqui apontar a polarização envolvida nos conflitos socioambientais recentes em países da América do Sul.

O debate em torno da Usina de Belo Monte é um exemplo, a obra já envolveu um vídeo com celebridades e manifestações de ativistas estrangeiros, rechaçadas por figuras eminentes nos meios acadêmicos e de comunicação no Brasil. Para aqueles que defendem Belo Monte, como o ex-ministro da ditadura militar, Antônio Delfim Neto, o empreendimento é positivo, pois o país pode e deve aproveitar seus rios, demonstrando sua capacidade em “*conservar, administrar e utilizar as riquezas de um território que detém 11% de toda a água doce do globo*”¹⁵. E o ex-ministro está entre os muitos que levantam suspeitas de imperialismo sobre o ativismo ambientalista contrário às obras de infraestrutura no campo energético¹⁶.

Na Bolívia, na polarização ideológica em torno da estrada que atravessaria o Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS), as forças contrárias tanto acusaram a ligação com a IIRSA como condenaram o imperialismo brasileiro (a obra contava com financiamento do BNDES), acusações contestadas pelos que apoiavam a obra. E como salientou Pablo Stefanoni era possível encontrar “*argumentos ‘razoáveis’ em ambos os lados da discussão sobre a estrada*”, sendo difícil “*traçar uma linha nítida entre bons e maus, justos e pecadores*”:

“(…) para aqueles que assinaram o manifesto pela recondução do processo de mudança, a estrada é só uma pata do projeto do IIRSA para aprofundar a matriz extrativista a favor do subimperialismo brasileiro e do imperialismo em geral. (...) a estrada servirá para reforçar o modelo de acumulação por retirada da posse, tal como analisado por David Harvey. Ou seja, a estrada seria pró-imperialista.

Entretanto, o ex-ministro de Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, pode argumentar exatamente o contrário (e, em parte, também o governo, como faz García Linera no livro “El ONGismo, enfermedad infantil do dereitismo”): que o imperialismo está do lado daqueles que se opõem à construção da estrada. (.) Soliz assinala, além disso, que a Bolívia seria o primeiro país da América do Sul em que as ONGs controlam o poder. Desde a posição do eco-socialismo, o australiano Federico Fuentes adverte para os riscos de se cair nas mãos do “imperialismo verde”. (.) Os dois lados precisam aprofundar a análise, mostrar estudos, dados e pesquisas mais precisas sobre a relação custo/benefício da estrada”¹⁷.

Sobre o suposto subimperialismo brasileiro, conforme Igor Fuser:

“No calor da polêmica, Morales foi acusado de se curvar ao “subimperialismo” do país vizinho. Os argumentos: primeiro, de que a construção da rodovia foi entregue a uma empreiteira brasileira; e, segundo, de que a obra está incluída na planilha de projetos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), normalmente associada ao agravamento das distorções econômicas decorrentes do modelo primário-exportador. Ocorre que, como afirmou Linera em resposta aos “desiludidos” com o governo, a rodovia entre Cochabamba e Beni termina seu percurso a mais de 300 km da fronteira brasileira, em plena selva amazônica. Portanto, nada a ver com os “corredores interoceânicos” previstos na IIRSA. E, evidentemente, o projeto dessa rodovia, assim como todas as obras viárias do governo Morales, só começou a ser levado à prática porque as autoridades da Bolívia julgaram que isso era do interesse daquele país”¹⁸.

¹⁵ Revista *Carta Capital*, 13/04/2011.

¹⁶ Ver Revista *Carta Capital*, 21/01/2013.

¹⁷ Stefanoni, 2011.

¹⁸ Fuser, 2012.

Ou seja, a questão socioambiental é muito controversa e o caráter supranacional da luta política local tem se expandido para o âmbito da sociedade civil, envolvendo organizações não governamentais internacionais, que tanto acusam o imperialismo brasileiro como são acusadas de imperialistas. Agora é inegável que todas as obras envolvendo recursos energéticos são polêmicas do ponto de vista socioambiental, o que deve ser denunciado e combatido. As usinas do Rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, por exemplo, são indicativas das formas condenáveis que por toda parte devem caracterizar obras de infraestrutura pela região. As duas usinas foram palco de sérios conflitos trabalhistas, disputas entre os consórcios que lideram as obras e estão envoltas em muita controvérsia acerca dos impactos ambientais, com acusações de terem sido os estudos preliminares patrocinados por empresas interessadas. Mas seguramente são obras defensáveis do ponto de vista das necessidades energéticas da economia brasileira, movimentando a economia local.

Por fim, é preciso entender os conflitos em curso como expressão das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista, progressista e ao mesmo tempo destrutivo dos modos de vida/produção pré-capitalistas (populações indígenas, camponesas, ribeirinhas) e do meio ambiente, paralelamente aos conflitos capitalistas envolvidos na relação capital & trabalho assalariado, comuns a todos os processos de desenvolvimento. E por toda parte tem sido difícil “traçar uma linha nítida entre bons e maus, justos e pecadores”.

Conclusão

Procuramos acima indicar as contradições entre imperialismo e desenvolvimento, passando pela temática de dependência, argumentando que a perspectiva de Harvey é mais produtiva na luta política, na medida em que a perspectiva eminentemente leninista não deixa de enxergar no desenvolvimento capitalista a via preferencial para superação do imperialismo - por certo que sem abrir mão da crítica negativa e abrangente desse processo. Dessa perspectiva, cabe à análise social crítica denunciar as formas atuais de exploração imperialista, para cujo desvendamento a obra de Harvey contribui muito. No caso do Brasil, cabe denunciar no expansionismo de empresas locais a exploração de países vizinhos, os danos socioambientais, a especialização produtiva, a desindustrialização e, sobretudo, a influência imperialista dos países centrais sobre políticas estatais dos governos locais, com o objetivo de resistir e acirrar contradições, buscando assegurar avanços sociais para o desenvolvimento econômico, que, parece menos mal que o atraso e subdesenvolvimento predominantes na região.

Bibliografia

BELLUZZO, L. G. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

EVERS, T. *El Estado en la periferia capitalista*. 3ª ed. México-DF: Siglo XXI, 1985.

FUSER, I. Bolívia, entre a preservação e o desenvolvimento. IPEA: *Desafios do Desenvolvimento*. 2011. Ano 8, nº 69.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, São Paulo.1982. Ano II, n.6, p.6-35, jun/set.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas/SP: FE/UNICAMP, Navegando Publicações, 2011.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins 1977.

MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo [En línea]. *Cuadernos Políticos*, n 12, México, abr-jun 1977. <http://www.marini-escritos.unam.mx>. [13 de março de 2014]

MARINI, R. M. Dos momentos en la integración latinoamericana [En línea], 1992. http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm. [13 de março de 2014]

SOUZA, A. M. Crítica à noção de imperialismo. *Crítica Marxista*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, n. 36, 2013, p.143-151.

STEFANONI, P. A Bolívia e o conflito do TIPNIS. *Carta Maior*, 01/10/2011.